

# A segunda geração das reformas

George Roth \*

O presidente do Banco Central do Brasil afirmou, em entrevista recente, que o governo estará apresentando ao Congresso Nacional, até o final de julho, a "segunda geração" de reformas estruturais da economia. Elas deverão compreender alterações significativas nas legislações previdenciária, trabalhista e fiscal e são encaradas como um poderoso instrumento de reversão das expectativas dos mercados interno e externo em relação ao déficit público que tanto desafia o governo.

A segunda geração de reformas a que o presidente do BC se referiu é, de fato, da maior importância para o País, já que terá o poder de referendar o compromisso inarredável de preservação incondicional da estabilidade econômica. E já ficou claro, há muito tempo, que isso só será possível com reformas estruturais das quais a sociedade brasileira não pode abrir mão. Os mercados internacionais, que já elegeram o Brasil como sede preferencial de seus investimentos na América Latina, e os in-

vestidores brasileiros também aguardam com atenção e expectativa esse passo vital para a continuidade do processo de estabilidade econômica.

Os números indicam por que as reformas são tão relevantes. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP aceitou o desafio e concluiu, ainda em 1997, uma importante pesquisa que avalia os danos causados pelo atraso nas reformas. Calculava-se, então, que o Brasil deixava de crescer em torno de 1,8% ao ano em função da não-aprovação da reforma previdenciária, 1,5% por não realizar a reforma tributária e 0,4% por não reformar a administração pública. Sustentava-se que, com as reformas, o País poderia crescer em torno de 6,7% ao ano para absorver 1,9 milhão de jovens que a cada ano ingressam no mercado de trabalho. Essa pesquisa foi corroborada por comentário recente do presidente da República, dando conta de

que o País tem tudo para crescer entre 5 e 7% ao ano, desde que aprove as reformas.



A reforma administrativa já foi aprovada. Mesmo que ela não tenha contemplado aspectos importantes, é inegável que se tratou de um avanço. Também houve progressos na Previdência Social, embora ainda não tenhamos adotado

o modelo mais indicado e mais moderno da capitalização, largamente empregado em todo o mundo. O resultado é um déficit anual de R\$ 17 bilhões, que não tem evidentemente como se sustentar por muito mais tempo. Felizmente, o presidente do Banco Central já fala numa "segunda reforma da Previdência", o que é bastante alentador. Já no que diz respeito à reforma tributária, permanecemos estagnados, com grande prejuízo para o setor privado, obrigado a arcar com o mais complexo sistema de tributos do planeta.

Mas uma das grandes novidades da "segunda geração" de re-

formas proposta pela equipe econômica está na ênfase à reformulação da anacrônica legislação trabalhista brasileira. Uma legislação que tem como característica inibir contratações e estimular a informalidade tem de ser radicalmente alterada. Não é aceitável que a grande maioria dos postos de trabalho criados no País esteja no mercado informal. É claro que isso deverá mudar se a legislação for outra, mais atualizada. Também não é concebível manter um sistema legal que hoje sobrecarrega a Justiça do Trabalho justamente por privilegiar o litígio e não a conciliação. No Brasil, são impetrados anualmente, nas três instâncias da Justiça do Trabalho, algo próximo de 2 milhões de processos, num ônus abusivo para empresas, trabalhadores e Estado. A título de comparação, julgam-se na França 200 mil processos por ano, enquanto no Japão eles somam 1,8 mil. É evidente que se torna necessário, diante disso, repensar o sistema legal trabalhista brasileiro.

A verdade é que, com a disposição manifestada pelo governo de introduzir uma segunda geração de reformas, o Brasil

sinaliza a investidores internacionais e brasileiros que não haverá desvio de rota na política de estabilização. A ação firme por ocasião da crise asiática já havia reiterado com eloquência esse compromisso. Seus efeitos positivos sobre o nível das reservas do País, que hoje remontam a confortáveis R\$ 73 bilhões, e, em menor escala, sobre o déficit fiscal ainda repercutem favoravelmente. No plano interno, pagamos um preço alto, com a elevação significativa dos níveis das taxas de juros, queda da atividade industrial, inadimplência crescente, aumento do desemprego e todos os efeitos correlatos de medidas como as que foram tomadas então. O remédio foi amargo, mas, apesar dos efeitos colaterais, provou-se eficaz. Agora é hora de eliminar o calcanhar-de-aquiles que ainda está aí: o déficit público. Uma segunda geração de reformas, se coroada de êxito, terá o poder de reforçar aos olhos de todos que o Brasil é mesmo o caminho natural e desejável para abrigar investimentos de vulto.

\* Presidente da Ernst & Young do Brasil.